



Gritos dos Biomas - FMCJS na COP 30

CONVIVER COM OS BIOMAS PARA REGENERAR A TERRA

O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS) apresenta, a partir dos territórios, povos e comunidades que os compõem, os Gritos dos Biomas! São sínteses, elaboradas por representantes dos grupos que integram o Fórum nos 7 biomas brasileiros. Destacamos as principais denúncias relacionadas a cada bioma, mas também os principais anúncios, as boas práticas de cuidado e convivência com a Casa Comum, que são fundamentais para que tenhamos um futuro de Bem Viver no planeta Terra.

AMAZÔNIA

Denúncias

A Amazônia segue sendo ferida por um modelo de desenvolvimento que destrói suas florestas, rios e povos. O desmatamento, o garimpo, a grilagem de terras e a contaminação por mercúrio envenenam as águas e a vida. Grandes projetos econômicos e ameaças, como a implantação de Pequenos Reatores Nucleares e a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, avançam sobre os territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos, desrespeitando o direito à consulta livre, prévia e informada e à autodeterminação dos povos. A crise climática se agrava e a floresta, cada vez mais fragmentada, vai perdendo sua capacidade de regenerar o equilíbrio da Mãe Terra.

Anúncios

Mas da Amazônia também brotam resistências e esperanças. Os povos indígenas, comunidades tradicionais, juventudes e movimentos populares tecem redes de solidariedade, reflorestando corações, mentes e territórios. Crescem as experiências de proteção de rios, manejo sustentável, agroecologia, educação socioambiental e espiritualidades que reconhecem a floresta como casa comum. Da diversidade amazônica nasce o anúncio de uma nova forma de viver: simples, comunitária e em harmonia com a Mãe Terra.

CERRADO

Denúncias

O Cerrado grita por vida e semeia resistência! Berço das águas e morada de povos diversos, o bioma vem sendo devastado pelo avanço do agronegócio, da mineração e pela financeirização da natureza, que transforma bens comuns em mercadorias. O desmatamento e as monoculturas de soja, milho e pastagens substituem as paisagens naturais e ameaçam a rica biodiversidade. O uso intensivo de agrotóxicos contamina o solo e as águas, enquanto a concentração fundiária e os conflitos expulsam comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, geraizeiras, vazanteiras e veredeiras de seus territórios. A mineração cava feridas profundas, polui rios, destrói nascentes e rompe laços sociais e culturais. Soma-se a isso a erosão da diversidade cultural dos povos do Cerrado, que têm seus modos de vida — baseados no uso sustentável dos recursos naturais — inviabilizados. As mudanças climáticas regionais agravam a crise: diminuem as chuvas, elevam as temperaturas e intensificam as queimadas, gerando insegurança alimentar e hídrica que ameaça tanto as comunidades camponesas quanto as cidades. A soberania dos povos tradicionais está em risco, diante da criminalização, da violência e da perda de seus territórios.

Anúncios

Mas diante da destruição, os Cerrados também gritam resistências! Seus povos se erguem com coragem, tecendo redes de solidariedade e reafirmando seus modos de vida. As Mulheres, as quebradeiras de coco, juventudes, quilombolas, indígenas, camponeses, geraizeiros, vazanteiros e veredeiros, Assentados e Assentadas da Reforma Agrária defendem seus territórios com a força da terra e da ancestralidade. Cultivam a agroecologia, preservam as sementes crioulas e mantêm vivas as nas-





centes que alimentam o Brasil. Reconstróem comunidades, recuperam áreas degradadas e enfrentam a financeirização da natureza com práticas de cuidado e bem viver. Em luta e organização, as comunidades se firmam nos mutirões, feiras, celebrações e rezas, e reafirmam que o Cerrado não é espaço de exploração, mas de vida plena e digna. O Cerrado e seus povos são o coração pulsante da esperança — guardiões das águas e da biodiversidade, colorindo a face do Brasil.

PANTANAL

Denúncias

Denunciamos o Agronegócio e seu “pacote”, que se posicionaram contrários aos Direitos da Natureza em Cáceres, retirando-os da lei orgânica do município. Denunciamos também o hidronegócio, a expansão da soja, os projetos de mineração, a expansão da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal, a cota zero que impede os pescadores de poder pescar, sobrando para eles apenas algumas espécies de peixes. As Mudanças Climáticas estão transformando o Pantanal: de “BIOMA DAS ÁGUAS E DA BIODIVERSIDADE” para “território de incertezas e desespero dos pequenos produtores e do povo desassistido”.

Anúncios

A COP Pantanal, uma parceria entre Unemat, IFMT, sociedade civil e parceiros, é um processo importante para fortalecer o diálogo plural e colaborativo sobre as mudanças climáticas e a conquista da justiça Socioambiental. E já se anuncia a COP 2 no Pantanal: O Rio Paraguai e Pantanal estão em festa no Jubileu dos 25 anos de resistência e luta, celebrado com seus comitês populares das águas e do clima, que abrem caminhos de convivência com o Pantanal por Inteiro em favor da vida de seus povos e de todos os seus seres vivos. Temos a alegria de anunciar 25 Anos de Resistência de um povo que não se cansou na defesa do seu Rio. De um povo que, através dos Comitês Populares, se organiza, tendo a água como principal ferramenta, e a Agroecologia como resultado de sua caminhada. Cuidando da Água cuidamos da Vida. A Resistência, nesses 25 anos, passa pela Agroecologia, pela Articulação, pelos Povos tradicionais, pela Cultura do nosso povo, pela teimosia dos pescadores e Pantaneiros.

CAATINGA

Denúncias

Para além das características naturais, ao se analisar o semiárido brasileiro, faz-se necessário e essencial um mergulho nos diversos processos que gestaram o seu Bioma, a Caatinga, com suas particularidades e modos de vida. Para além das adversidades naturais, a intervenção humana predatória (antropoceno) tem deixado marcas profundas e conduzido a caminhos perigosos para a própria sustentabilidade e existência da vida no Bioma: apropriação das terras e das águas, desmatamento, queimadas, mineração e grandes empreendimentos centralizados de energias renováveis. O professor Juracy Marques, da UNEB, pós-doutor em ecologia humana, em artigo intitulado ‘No coração da Caatinga’, alerta que “os grandes problemas socioambientais do semiárido são fabricações do espírito escravagista e colonialista que persiste nas relações de poder no Nordeste e suas vinculações com outras regiões do Brasil”.

Anúncios

Por outro lado, como fruto de processos naturais e históricos, o semiárido, a Caatinga e seus Povos têm gerado experiências e caminhos esperançosos para uma vida digna e respeitosa na relação com este Bioma: recuperação de áreas desmatadas (recaatingamento), áreas comunitárias de preservação (fundo de pasto), resgate e preservação de sementes crioulas, cisternas para captação, uso e armazenamento da água da chuva, energia solar descentralizada, cooperativista e solidária, com captação de água a partir das placas fotovoltaicas, implantação de biodigestores, captação e armazenamento de CO2, quintais produtivos, dentre outros.

MATA ATLÂNTICA

Denúncias

A degradação do bioma Mata Atlântica se apresenta como um processo crítico e multifacetado, impulsionado por um histórico de fragmentação de seu território original, que hoje persiste em forma de ilhas de vegetação. Assim, a fragmentação e perda de Habitat, pode ser considerado o principal desafio. A Mata Atlântica originalmente cobria cerca de 1,3 milhão de





km², se estendendo por 17 estados. Hoje, restam aproximadamente 12,4% de cobertura florestal original. Esses fragmentos são "ilhas" de mata, isoladas por cidades, estradas e plantações. Isso impede o fluxo gênico de animais e plantas, levando ao empobrecimento genético e à extinção local de espécies. Essa condição é agravada pela pressão das cidades: o bioma abriga mais de 70% da população brasileira e a maior parte do PIB nacional. A expansão urbana, desordenada, a expansão industrial e de infraestrutura (estradas, condomínios), a especulação imobiliária, a atividade do agronegócio e a instalação de grandes empreendimentos colocam em risco o bioma. Tais intervenções não apenas aceleram a perda de biodiversidade, colocando em risco espécies emblemáticas, mas também intensificam os conflitos fundiários e a violência contra comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e periféricas. A situação é ainda mais alarmante diante de propostas legislativas que visam flexibilizar a proteção ambiental, reduzir a tutela de formações não florestais e simplificar a supressão de vegetação primária, criando um cenário de crescentes retrocessos que ampliam a vulnerabilidade do bioma e de suas populações. Podemos destacar como um retrocesso descabido a proposta de implantação da Escola de Sargentos do Exército Brasileiro (ESE) no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe, na Região Metropolitana do Recife, na qual representa um dos mais preocupantes exemplos contemporâneos de tensionamento entre o discurso de desenvolvimento e o dever constitucional de proteção ambiental. Precisamos de mais envolvimento ecológico e não de (des)envolvimento. Outro exemplo esdrúxulo foi a alteração do Código Florestal catarinense, que deixou a maior parte dos Campos de Altitude sem proteção em Santa Catarina, resultando na destruição de quase 5 mil hectares de vegetação nativa para dar lugar a monoculturas de Pinus, o que ameaça a biodiversidade, o equilíbrio hídrico e o abastecimento de água das comunidades locais.

Anúncios

Em contrapartida às ameaças, as boas práticas e alternativas construídas nos territórios apontam caminhos de resistência e renovação. Iniciativas comunitárias, como o projeto Ecoamaré, no Rio de Janeiro, que promoveu a instalação de placas solares e a educação socioambiental com foco em juventude e comunidade, demonstram o poder da educação socioambiental e da mobilização popular ao integrar jovens em ações de energia solar, hortas comunitárias e conscientização climática. A luta organizada de movimentos como o "Salva a Aldeia Beberibe", que luta pela preservação da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe, em Pernambuco, e a resistência da comunidade Caranguejo Tabaires evidenciam a importância da articulação local para enfrentar grandes empreendimentos e defender a moradia digna e a integridade dos ecossistemas. Paralelamente, propostas de restauração florestal, a implementação de planos municipais de conservação e a adoção de conceitos como o de "cidades esponja" surgem como soluções técnicas aliadas ao engajamento popular. Transformar a Lei da Mata Atlântica em uma ferramenta viva de justiça socioambiental, apropriada pelas comunidades, e fortalecer a agroecologia e a solidariedade comunitária representam estratégias essenciais para construir corredores bioculturais e assegurar a preservação do bioma frente às emergências climáticas e aos interesses econômicos predatórios.

PAMPA

Denúncias

As principais ameaças e agressões sofridas pela sociobiodiversidade no bioma Pampa tem sua origem no racismo ambiental e estrutural, que é histórico. A injustiça agrária - o não reconhecimento e a não demarcação dos territórios tradicionais - é a principal violação de direitos, que tem consequências diretas nos modos de vida e nos direitos básicos dos povos e comunidades tradicionais. A expansão dos monocultivos e da silvicultura com alto uso de agrotóxicos (especialmente soja, arroz, fumo e eucalipto), a pesca industrial, o avanço de projetos de mineração e de implantação de parques eólicos, a expansão urbana e a especulação imobiliária, são algumas das ameaças que, associadas ao fechamento das escolas rurais e ao viés capitalista do ensino, geram condições de vulnerabilidade social, econômica e cultural em um contexto de degradação da biodiversidade e das paisagens do bioma Pampa.

Anúncios

Os principais anúncios de Bem Viver protagonizados pela sociobiodiversidade no bioma Pampa são iniciativas de resistência, enfrentamento e afirmação de seus direitos étnicos e territoriais. São processos de formação política, de articulação, de intercâmbios de conhecimentos e de estratégias de luta, que se dão entre comunidades e entre diferentes segmentos identitários de povos e comunidades tradicionais. Também são anúncios de Bem Viver, a ocupação de espaços de discussão e construção de políticas públicas e de controle social, e a construção de instrumentos de afirmação e defesa das identidades e territórios tradicionais no bioma Pampa. Um exemplo é o Protocolo de Consulta das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Lagoa dos Patos, elaborado por pescadoras e pescadores artesanais, a partir de oficinas entre os anos de 2023 e 2025, organizadas pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), com apoio da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e do Ministério da Pesca e Aquicultura. O documento orienta como deve se dar a consulta livre, prévia, infor-





mada e consentida prevista pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assegurando a estas comunidades tradicionais que sejam devidamente consultadas e decidam sobre qualquer empreendimento que afete seus territórios e modos de vida.

SISTEMA COSTEIRO MARINHO

Denúncias

O avanço do modelo capitalista sobre o mar representa a principal ameaça à manutenção do sistema costeiro marinho e de sua população, especialmente povos e comunidades tradicionais que dependem de forma direta de seu equilíbrio e saúde. Esse modelo, chamado de Economia Azul ou Economia do Mar, é extrativista e colonial e visa extrair, acumular as riquezas, ocupar os territórios e exterminar modos de vida. Compõem esse modelo: a indústria do turismo, especulação imobiliária e privatização, o hidronegócio, a mineração e a exploração de petróleo, os parques eólicos e solares e hidrelétricas, e toda infraestrutura necessária para implementação desses empreendimentos. Para sua efetivação, os capitalistas do mar, os grandes empreendimentos, contam com os poderes legislativo, executivo e até o judiciário, que, em certa medida, os favorece. Aqui merece destaque o poder legislativo, visto que o atual Congresso Nacional é reconhecido como o pior de todos os tempos mediante seu comprometimento e atuação explícita em favor das grandes empresas. O título de “Congresso Inimigo do Povo”, como ficou conhecido, é uma atribuição coerente, mas também pode ser chamado de inimigo do meio ambiente, do clima. O avanço da crise climática também é um grande desafio nesse período, sobretudo porque potencializa as desigualdades, levando aqueles que mais protegem o ambiente e o clima a serem os mais afetados por suas consequências.

Anúncios

Diante dos desafios desse contexto, percebe-se a existência de muitos sinais de vida. O Esperançar e Resistir são ações construídas e cultivadas. Entre os povos das águas, a luta pelo reconhecimento, proteção e regularização dos territórios tradicionais é o principal anúncio de manutenção da existência de todos os seres. E buscam, através de instrumentos e políticas, o reconhecimento e proteção desses biomas. Exemplos disso são as mobilizações pelo PL 131/2020 - Reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras - pelas RESEX - Reservas extrativistas - pelos TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável - bem como as cartografias sociais e as estratégias de gestão autônoma dos territórios. A mobilização contra o PL da Devastação, que pressionou o presidente para os 63 vetos, juntamente com a campanha contra a PEC 03 /2022, são também anúncio e inspiração. Como destaque defendemos que as tecnologias sociais, saberes e fazeres dos povos e comunidades tradicionais, que são realizadas cotidianamente, são as alternativas que precisamos para responder a esse contexto. “O futuro é ancestral”, revela Ailton Krenak. É necessário aprender com os povos e comunidades a viver em harmonia com a natureza e ter a consciência de que a vida humana depende dela; continuar a devastação dos biomas promovido pelo modelo de desenvolvimento é destruir a possibilidade do nosso amanhã.

CONVOCAÇÃO

A rica diversidade de seres vivos dos Biomas e Corredores Bioculturais, que são berços vivos e fontes de vida da Mãe Terra, e de modo especial os seus povos originários, comunidades tradicionais e organizações populares oferecem essas contribuições a todas as iniciativas que, em Belém, no Pará, e em outras regiões, gritam contra todas as formas de agressão que provocam e agravam sem parar desequilíbrios à Natureza e ameaças à vida, de modo especial das pessoas e povos marcados por marginalização e racismo históricos e estruturais.

Oferecem igualmente propostas diversificadas de formas de vida fundadas na cooperação entre pessoas e comunidades e na convivência harmoniosa com a Natureza em suas práticas de economia solidária, de cultura e sabedoria popular.

Por serem guardiões das florestas, nascentes, rios, oceanos, esperam e desejam que a COP30 e a Cúpula dos Povos sejam espaços de definição de PRIORIDADES A SEREM ASSUMIDAS PELOS POVOS EM TODO O PLANETA – prioridades de denúncia das causas reais da emergência climática, e prioridades de anúncio de práticas populares de convivência com os diferentes biomas da Mãe Terra, comprovadamente regeneradoras da vida.

Brasília, DF, novembro de 2025

